

VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO: A VERSÃO DA MÍDIA IMPRESSA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A ENFERMAGEM

INTIMATE PARTNER VIOLENCE: A VERSION OF THE PRINTED PRESS AND CONTRIBUTIONS TO NURSING

VIOLENCIA POR COMPAÑERO ÍNTIMO: LA VERSIÓN DE LA PRENSA ESCRITA Y LAS CONTRIBUCIONES PARA LA ENFERMERÍA

Alessandra Carla Baia dos Santos¹
 Vera Lúcia de Azevedo Lima²
 Danielle Leal Sampaio³
 Andrey Ferreira da Silva⁴
 Lidiane Xavier de Sena⁴
 Valquiria Rodrigues Gomes⁵

Trata-se de pesquisa qualitativa cujo objetivo foi analisar o perfil dos homens autores de violência cometida contra a mulher com base no conteúdo de notícias jornalísticas. A análise feita com base na técnica de análise de conteúdo apontou quatro categorias temáticas: a construção da identidade do homem autor da violência cometida contra a mulher; principais fatores que levam os homens a cometerem violência contra as parceiras; formas de referenciar os autores da violência; aplicabilidade da Lei n. 11.340/2006. Concluiu-se que o perfil dos homens autores de violência cometida contra a mulher referenciado pela mídia é construído de forma generalizada e preconceituosa, por meio dos valores, crenças e educação familiar, que envolve fatores – sociais, culturais, econômicos e políticos –, em que a própria construção da identidade masculina o faz crer que a mulher é sua propriedade e que, mantendo o que lhe pertence, ratificaria sua masculinidade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher. Jornais. Enfermagem.

A qualitative research with the purpose of analyzing the profile of men authors of violence against women, disclosed in the content of journalistic news. The analysis was performed on 112 press reports published in the O Liberal newspaper, from the state of Pará. Four theme categories were identified: the construction of the identity of men authors of violence against women; main factors that lead men to commit violence against their partners; means of referencing authors of violence; applicability of Law 11340/2006. It was concluded that the profile of men, authors of violence committed against women, referenced by the media, is constructed in a generalized and biased manner, through values, beliefs and family education, that involves social, cultural, economic and political factors, where the construction itself of the masculine identity makes him believe that the woman is his property and that, maintain what belongs to him, ratifies his masculinity.

KEYWORDS: Violence against women. Newspapers. Nursing.

¹ Mestre em Políticas Públicas no Cuidado de Enfermagem Amazônico. Docente Assistente I da Faculdade de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). alebb23@yahoo.com.br

² Doutora em Enfermagem. Docente adjunto II da Faculdade de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (UFPA). veraluci@ufpa.br

³ Mestre em Políticas Públicas no Cuidado de Enfermagem Amazônico pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará. danielle.leals@gmail.com

⁴ Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) da UFPA. silva.andrey1991@hotmail.com; sena_lidiane@hotmail.com

⁵ Graduada em Enfermagem pela UFPA. valquiria.rgomes@yahoo.com.br

Se trata de una pesquisa cualitativa cuyo objeto es analizar el perfil de los hombres autores de violencia cometida contra la mujer, divulgado en el contenido de noticias periodísticas. Fue analizado el contenido de 112 noticias sobre violencia contra la mujer, publicadas en el diario O Liberal, del estado de Pará. Fueron identificadas cuatro categorías temáticas: la construcción de la identidad del hombre autor de la violencia cometida contra la mujer; principales factores que llevan los hombres a cometer violencia contra las mujeres; Formas de referenciar los autores de la violencia; Aplicabilidad de la Ley 11.340. Se concluye que el perfil de los hombres autores de violencia cometida contra la mujer, referenciado por los medios de comunicación, es construido de forma generalizada y prejuiciosa, por medio de los valores, creencias y educación familiar. Que involucra factores – sociales, culturales, económicos y políticos -, en que la propia construcción de la identidad masculina lo hace creer que la mujer es su propiedad y que, manteniendo lo que le pertenece, ratifica su masculinidad.

PALABRAS-CLAVE: *Violencia contra la mujer. Periódicos. Enfermería.*

INTRODUÇÃO

A violência cometida contra a mulher é um fenômeno sócio-histórico multifacetado e constitui uma das formas de violação dos direitos humanos, além de ser um grave problema de saúde pública. De acordo com dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012), somente no ano de 2011, 5.496 mulheres foram internadas em decorrência de violência no Brasil, fato que, além de todo o custo social, onera os cofres públicos com a disponibilização do tratamento a essas mulheres.

É fundamental compreender que a violência cometida contra as mulheres é construída histórica e culturalmente, já que a própria construção da identidade masculina se faz, muitas vezes, em meio a uma educação autoritária recebida dos pais, que os educaram com punições, como surras, não permitindo o diálogo, ou mesmo quando presenciaram situações de violência entre seus pais em que suas mães recebiam as agressões.

No contexto da argumentação de Medrado e Lyra (2003, p. 21), de que “Em geral, os homens são educados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, de modo proativo, em que o risco e a agressividade não são algo que deve ser evitado, mas experimentado cotidianamente”, entende-se que é importante proporcionar ajuda ao autor da violência e não censurá-lo como indivíduo abusivo em seu poder e violento. Afinal, a violência doméstica cometida contra as mulheres é construída dentro dos relacionamentos, sendo, portanto, necessário o envolvimento dos homens na atenção a esse fenômeno. Isto não significa dizer que alguns homens não possam

ser penalizados mais severamente, de acordo com a Lei Maria da Penha.

Segundo Garcia (1998) é necessário identificar como se dá a relação e não procurar os culpados, pois assim se pode contribuir para gerar menos sofrimento individual e possibilitar efetivamente transformações no âmbito das relações sociais “generificadas”, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero.

Além desses aspectos, a importância deste estudo centra-se no reduzido número de reflexões e ações voltadas para os homens. As políticas públicas de gênero quase sempre representam políticas para as mulheres com um novo nome (ARILHA, 2005).

Apesar do avanço de estudos e experiências de intervenção com homens autores de violência, sabe-se que boa parte dessas intervenções são desenvolvidas por organizações não governamentais e financiadas por agências internacionais de cooperação (TONELLI, 2007). Portanto, estudos e políticas públicas voltadas para os homens autores de violência ainda são escassos no Brasil (BÜCHELE; LIMA, 2011).

A realidade atual é impactante quando trata da violência cometida contra a mulher. Segundo informações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012), em 2011, o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) noticiou que 37.717 mulheres, entre 20 e 59 anos, foram vítimas de algum tipo de violência no Brasil. O número representa um aumento de 38,7% em relação ao ano anterior, quando foram registrados

27.176 casos. Vale lembrar que, naquele ano, a notificação ainda não era obrigatória.

Quando se verifica a situação nos estados brasileiros, tem-se um percentual também alarmante, em que o Pará ocupava a sexta posição, com taxa de seis homicídios femininos em cada 100 mil mulheres no ano de 2010. E Belém ocupava a quinta posição de homicídios femininos nas capitais, com taxa de 7,6 em cada 100 mil mulheres nesse mesmo ano (WAISELFISZ, 2011).

No município de Belém, de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, aproximadamente 22.222 mulheres em situação de violência buscaram ajuda na Delegacia da Mulher. Somente de janeiro a julho de 2012, foram realizados 4.466 boletins de ocorrência na Delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM/Pará), incluindo os realizados via *internet* (DELEGACIA VIRTUAL DO ESTADO DO PARÁ, 2012).

Em razão do crescente aumento do número de mulheres vítimas de violência na região norte e no mundo, e por ser considerado um fenômeno agravante dos problemas sociais e da saúde tanto dos homens como das mulheres, esse fenômeno não pode ser desconhecido dada à sua magnitude, transcendência e vulnerabilidade.

A Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, apesar de representar um grande avanço no combate à violência cometida contra a mulher, trata de maneira superficial e não muito clara a assistência aos autores da violência (ANDRADE; BARBOSA, 2008).

Por outro lado, acredita-se que a mídia escrita é um bom instrumento para se avaliar valores, hábitos e opiniões de diferentes camadas da sociedade. Ela traz elementos que permitem traçar, embora com lacunas e imprecisões, o perfil atribuído aos autores de violência cometida contra a mulher. Sabe-se que, por ser heterogênea, a mídia escrita impede uma análise completa dos dados divulgados, todavia, por meio da quantificação e análise desses dados, é possível observar-se tendências (BLAY, 2008).

Espera-se que a análise do perfil de homens autores da violência cometida contra a mulher levada a efeito neste estudo possibilite a proposição de estratégias de enfermagem, a fim de

sensibilizar os homens e a própria sociedade civil de que esse fenômeno, que foi construído histórica e culturalmente, é prejudicial para o bem-estar de todos, inclusive do próprio autor da violência e que esta situação é passível de mudança.

Para tanto, serão localizados estudos e pesquisas desenvolvidos na área da antropologia, psicologia, educação, dentre outras, como suporte para se pensar em estratégias efetivas de intervenção junto a esses homens, levando em consideração que este fenômeno precisa de uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar, atentando para a prática do enfermeiro diante deste problema.

O objetivo do estudo foi analisar o perfil dos homens autores de violência cometida contra a mulher com base no conteúdo de notícias jornalísticas.

METODOLOGIA

O estudo é do tipo exploratório, de natureza qualitativa. Foram consultados 183 exemplares do Jornal *O Liberal*, do estado do Pará, publicados entre 16 de Agosto de 2006 a 31 de Dezembro de 2007, sendo selecionadas 112 notícias nos Cadernos, Atualidades e Polícia, sobre a violência contra mulheres, ocorrida nesse período.

A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Pública Arthur Vianna, que está vinculada à Fundação Cultural Tancredo Neves (CENTUR), localizada na Avenida Gentil Bittencourt, Bairro de Nazaré, em Belém (PA), e dispõe de um valioso acervo bibliográfico. Essas matérias atenderam os critérios de inclusão por assinalarem o perfil do autor da violência cometida contra a mulher, ou seja, os residentes no estado do Pará, independentemente do local de nascimento. Serão considerados autores da agressão, para fins deste estudo, parceiros íntimos, como namorados, ex-namorados, companheiros, ex-companheiros, cônjuges, ex-cônjuges e amantes.

A análise dos dados qualitativos foi realizada por meio da análise de conteúdo, que congrega um conjunto de técnicas de análise das

comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) (BARDIN, 2011).

A primeira etapa constituiu-se da pré-análise, na qual se fez a leitura dos exemplares diários do jornal *O Liberal*, a fim de identificar as matérias que falavam sobre o perfil dos autores da violência cometida contra as mulheres para, então, proceder-se à organização e leitura dessas notícias.

Seguiu-se com a codificação, classificação e categorização do material (BARDIN, 2011). Na análise foram identificadas quatro categorias temáticas: A construção da identidade do homem autor da violência cometida contra a mulher; Principais justificativas para a violência cometida contra as mulheres; Formas de referenciar os autores da violência; Aplicabilidade da lei nº 11.340/2006 segundo o jornal *O Liberal*.

A terceira etapa correspondeu ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação com base nos dados coletados e já categorizados. Nesse momento, buscou-se desvendar os possíveis discursos dos conteúdos das notícias relacionados à violência cometida contra a mulher.

Optou-se por utilizar o jornal *O Liberal* por considerar-se que ele representa uma fonte secundária para estudo, já que é uma interpretação dos fatos ocorridos (GIL, 1991). Como o objetivo é entender a violência enquanto questão histórica e social, esta fonte mostra-se muito eficiente na compreensão das diversas representações sobre o fenômeno da violência cometida contra a mulher.

O Liberal, jornal do estado do Pará, circula em Belém e na maior parte do estado desde o ano de 1946. Ao ser adquirido por Romulo Maiorana, em 1966, passou a integrar as Organizações Romulo Maiorana (ORM), que atualmente é um dos maiores grupos de comunicação do Brasil. De acordo com Sanematsu (2011), esse jornal tem caráter policial e é campeão da cobertura sobre a violência contra a mulher, aspectos que destacam a importância de se analisar como é narrado o perfil dos homens autores de violência.

Por outro lado, é importante destacar que este estudo leva em consideração o papel ideológico das fontes jornalísticas sobre a massa, portanto, os dados não foram manipulados de modo imparcial. Reconhece-se esse papel de reprodução de valores e opiniões expressas nas notícias que tratam sobre violência contra a mulher, identificadas no jornal em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência conjugal não discrimina lugar, idade, religião, nível de escolaridade ou camada social. Ela envolve atos recorrentes, que vão se intensificando, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, agressões físicas e sexuais, ameaças e até mesmo a morte (CUNHA, 2008).

Assim, para a análise qualitativa do perfil do homem autor de violência e do fenômeno extremamente complexo da violência, buscou-se suporte nas diversas áreas do conhecimento, como antropologia, psicologia, educação, dentre outras, para pensar em estratégias efetivas de intervenção junto a esses homens, atentando para a prática do enfermeiro diante do problema.

Construção da identidade do homem autor da violência cometida contra a mulher

A problemática da violência de homens contra mulheres é entendida neste estudo sob a perspectiva de gênero. Em geral, os homens são educados, desde cedo, para responder às expectativas sociais, em que o risco e a agressividade são comportamentos aceitos e devem ser experimentados cotidianamente. Além disso, em geral, os homens são socializados para reprimir suas emoções, sendo a raiva, inclusive a violência física, forma socialmente aceita como expressão masculina de sentimentos (MEDRADO; LYRA, 2003).

Segundo Baldo et al. (2008), a violência contra a mulher representa uma relação de forças que converte as diferenças entre os sexos em desigualdade social, constituindo uma maneira pela qual

os homens exercem controle sobre as mulheres. As notícias extraídas da fonte jornalística são ilustrativas: “O acusado admitiu ter batido na mulher com a sandália.” (FAXINEIRO..., 2006, p. 3); “O acusado arrumou-se com uma faca e ameaçou fazer picadinho dela.” (ACUSADO..., 2006, p. 4); “Na delegacia, entre sorrisos, o acusado disse ter premeditado tudo.” (ELE MATA..., 2006, p. 4); “O acusado tentou obrigar a mulher a beber aguardente.” (REAÇÃO..., 2006, p. 3).

Na visão arraigada do patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material. Como consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente de poder da violência (LAMOGLIA; MINAYO, 2009).

Para atuar no cuidado humanístico junto aos autores desse tipo de violência, o profissional enfermeiro deve ser capaz de considerar os aspectos socioculturais, além de compreender que esse fenômeno está inserido em diferentes contextos culturais e enraizado nos valores, nas crenças, nas práticas, nas representações sociais e simbólicas, no imaginário, nos significados, enfim, no jeito próprio de cada cultura explicar e interpretar o fenômeno (MELO; CABRAL; SANTOS JÚNIOR, 2009).

Estudos realizados por Leininger (1985), foram essenciais para empoderar o corpo da enfermagem para que fosse capaz de valorizar as crenças, costumes e práticas dos mais diversos povos durante sua prática profissional, com base na teoria transcultural do cuidado. Esta teoria provê uma estrutura holística e compreensiva para examinar sistematicamente diferentes dimensões da cultura, dentro de uma perspectiva de Enfermagem (BRAGA, 1997), e foi desenvolvida com base na antropologia, a qual trouxe contribuições significativas para o aprimoramento do cuidar em enfermagem.

Para Leininger (1985), há diversidade no cuidado humano, com características que são identificáveis e podem explicar a necessidade do cuidado transcultural de enfermagem. Assim, os enfermeiros, em especial os que trabalham na

atenção básica, na Estratégia Saúde da Família (ESF), por estarem mais próximos dos homens que praticam violência contra as mulheres, bem como de suas famílias, devem tentar ajustar sua prática cotidiana do cuidar levando em consideração as crenças, os valores e os modos de vida do grupo familiar, oferecendo-lhes um cuidado adequado às suas necessidades.

A apropriação desse conhecimento possibilitará à enfermagem ajudar os autores de violência a repensarem suas atitudes em grupos de reeducação que proporcionem o diálogo mútuo, fazendo-os refletir e reajustar suas condutas agressivas incorporadas em seus valores e crenças, trabalhando seu desenvolvimento emocional e a melhoria da autoestima.

Principais fatores que levam os homens a cometerem violência contra as parceiras

A violência acontece, na maioria das vezes, quando o agressor percebe que já não consegue mais exercer o seu domínio sobre a parceira; ao se sentir ameaçado, vale-se desses meios para controlar a sua companheira (CUNHA, 2008). Objetivando estabelecer o poder que acredita ter sobre a mulher, pratica violência (GOMES; DINIZ, 2008). As notícias a seguir corroboram essas afirmações: “Ao ser perguntado sobre sua motivação, respondeu: ‘problema de chifre’.” (MULHER..., 2007, p. 5); “Inconformado com o fim do namoro, ele prometeu matá-la, caso ela não desistisse de deixá-lo.” (MULHER..., 2007, p. 2); “Amigos, conhecidos e familiares do casal foram unânimes em falar do explícito ciúme que nutriam um do outro. Por isso viviam brigando.” (PRESO..., 2007, p. 1).

Cavalcanti (2010) acrescenta que, apesar de ser difícil detectar as razões ou motivações que podem desencadear os atos violentos, destacam-se algumas, como a necessidade de controle sobre a mulher, o sentimento de poder frente à mulher, o receio da independência da mulher e a liberação da raiva em resposta à ideia de que estaria perdendo a posição de chefe da família.

Todas essas causas que suscitam violência contra a mulher têm uma lógica comum: o

sistema patriarcal de poder, que defende a crença de que os homens são superiores às mulheres. Evidentemente, os problemas sociais e econômicos, como o desemprego, as desigualdades sociais, o consumo de álcool ou drogas ilícitas pelos autores da violência também são fatores importantes que desencadeiam o ciclo da violência (CAVALCANTI, 2010).

Diante desses fatores, os enfermeiros trazem como suporte da psicologia, a abordagem cognitivo-comportamental – surgida aproximadamente na década de 1970, na qual o objetivo do terapeuta é fazer com que o cliente identifique seus pensamentos errôneos, que ocorrem em situações específicas e são responsáveis pelos problemas emocionais (PAULO; PARO, [200-]) –, que leva em consideração a violência como fenômeno cultural, transmitida de geração a geração, e que, por isso mesmo, é passível de mudança. Portanto, há a possibilidade de se desenvolverem grupos terapêuticos de homens autores de violência que envolvam assuntos direcionados ao controle da raiva e até questionamentos acerca dos mitos e pensamentos errôneos sobre sua parceira e a relação homem-mulher (CORTEZ; PADOVANI; WILLIAMS, 2005).

Os grupos podem atuar em centros comunitários próximos à Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Estratégia Saúde da Família (ESF). Estudiosos como Guerreiro, Ayres e Hearst (2002) propõem que, ao invés de serem abordados na unidade de saúde, que não é o lugar apropriado para atingir os homens autores de violência, pois muitos deles dificilmente procuram esses serviços, o melhor é alcançá-lo em seu local de trabalho ou em espaços comunitários. Como afirma Gomes (2008, p. 168): “[...] se quisermos ir além desse propósito, também deveremos caminhar além das fronteiras do nosso local de trabalho.”

É fundamental saber que esses grupos terapêuticos deverão ser interdisciplinares, para que profissionais de diferentes áreas, como enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, educadores, dentre outros, possam acompanhar e auxiliar esses homens a repensarem o fenômeno da violência para além da ótica da naturalização, percebendo-o como

ato criminoso que é reproduzido de forma muitas vezes inconsciente pelos indivíduos em razão da formação cultural e familiar que receberam.

Formas de referenciar os autores da violência

Nesta categoria, observou-se que as notícias veiculadas no jornal *O Liberal* tratam de maneira generalizada e preconceituosa os homens que praticam a violência, pois são referenciados, muitas vezes, por sua função social, como sujeitos sem identidade ou por meio de adjetivos pejorativos. Os títulos das matérias destacadas a seguir são ilustrativos: “Pescador mata mulher por ciúmes.” (PESCADOR..., 2006, p. 3); “Chaveiro mata e enterra a mulher.” (CHAVEIRO..., 2006, p. 4); “Bêbado ciumento espanca mulher no meio da rua.” (BÊBADO..., 2006, p. 2); “Homem é preso depois de esfaquear a mulher.” (HOMEM..., 2007, p. 5); “Marido espanca mulher e é procurado pela polícia.” (MARIDO..., 2007, p. 3).

O jornal utiliza mecanismos ideológicos para reproduzir valores, como se observa nos trechos citados, em que os autores de violência cometida contra a mulher são apontados de forma preconceituosa, sugerindo pensar que apenas homens pobres, com pouca escolaridade, que apresentam algum vício (como usuários de álcool e drogas) são responsáveis por casos de violência cometida contra as mulheres. Por outro lado, esse autor de violência, em muitas notícias observadas, não apresenta nem mesmo nome, sendo representado de maneira generalizada como “marido”, “homem”, “namorado”, dentre outras formas.

Além disso, na análise das notícias do jornal *O Liberal*, observou-se que o suspeito pelo ato violento, muitas vezes, é taxado como “bandido”, “assassino”, palavras que refletem preconceitos carregados e antecipa o parecer judicial, pois, em alguns casos, o crime ainda nem foi julgado; portanto, essas palavras não caberiam no discurso jornalístico (SANTOS, R., 2013).

Por outro lado, questiona-se, na mídia, a invisibilidade dos casos de violência nas classes média e alta. É fato que o tratamento dado às

notícias sobre violência é diferenciado, de acordo com a classe social. Muitas vezes, as condutas violentas dos mais ricos são explicadas pelo aspecto psicológico, enquanto as dos pobres justificam-se pelo dinheiro, por serem usuários de drogas, bandidos, e pelo tratamento pela mídia com maior distanciamento e desprezo. A imprensa não costuma divulgar casos de violência nas classes média e alta, dentre outras razões, porque tais situações são ocultadas pela própria família (NJAINÉ, 2005).

Contudo, observou-se que, em sua maioria, as notícias analisadas do jornal *O Liberal* sobre violência contra a mulher mostravam os detalhes do criminoso, como sexo, idade, profissão, dentre outros, o que causa certo impacto no leitor. Ao transmitir o discurso da imagem de um sujeito violento, pode induzir ao entendimento de que a sociedade deve se “proteger”, caso se depare com um homem que apresente essas mesmas características.

Os jornais, muitas vezes, apontam os nomes dos envolvidos na cena da violência, apresentam descrição do episódio e até indicam pequenos antecedentes que já antecipavam o ato de violência e os prováveis desdobramentos originados. Neste sentido, acabam descontextualizando o agressor da vítima, ao suprimir suas histórias de vida. É como se a vida dos envolvidos só existisse em função do ato de violência (PEREIRA, 2009).

Constatou-se que o jornal *O Liberal* utiliza um tom sensacionalista quando trata do homem autor de violência cometida contra a mulher. Em vez de prestar um serviço à sociedade, problematizando sobre o tema, acaba afligindo e amedrontando, como pondera Moraes (2009) em estudo que trata da abordagem da mídia impressa de Brasília sobre o abuso sexual de crianças.

Aplicabilidade da Lei n. 11.340/2006 segundo o jornal *O Liberal* do estado do Pará

Antes da promulgação da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2011) – Lei Maria da Penha –, a violência doméstica no Brasil era julgada nos chamados “tribunais de pequenas

causas” e, em geral, terminavam em acordos e penas leves, como pagamento de multas ou de cestas básicas. Os autores de violência doméstica eram enquadrados conforme o código penal, por agressão, homicídio, lesão corporal, atentado violento ao pudor, dentre outros. A impunidade era tão grande que se tornou motivo de deboche e até estimulava mais agressões (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2009).

Com a promulgação da citada lei, o juiz passou a ter poderes para definir as chamadas “medidas protetivas” – afastamento do agressor, suspensão de porte de armas, entre outras – e também as “educativas”, obrigando-o a frequentar programas de reabilitação. Caso seja condenado, o juiz irá determinar uma pena, que pode variar de três meses a três anos de prisão e será aumentada em um terço se o crime for cometido contra portadora de deficiência (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, as notícias do jornal *O Liberal*, já em setembro do mesmo ano da lei, mostram que a Lei Maria da Penha estava sendo aplicada, o que se constituiu em avanço no enfrentamento à violência cometida contra a mulher: “Seccional do Paar⁶ autuou em flagrante, pela primeira vez, um homem acusado de agredir a companheira, de acordo com a lei 11340/06.” (É LEI..., 2006, p. 3); “A seccional do Guamá⁷ registrou, ontem, o primeiro flagrante baseado na lei 11.340/06.” (CASAL..., 2006, p. 5).

Todavia, em nenhum momento, o jornal problematiza ou informa sobre a lei Maria da Penha; ao apenas citar a lei, sem discutir com o leitor ou propor soluções, e ao se omitir na divulgação de informações sobre a lei, limita o aprofundamento e a diversificação do debate, tornando a imprensa (jornal) também cúmplice da violência (SANEMATSU, 2011).

As notícias do jornal *O Liberal* sobre violência cometida contra a mulher indicam que os autores foram autuados conforme a Lei Maria da Penha. Isto, porém, não significa dizer que represente a realidade de fato; pode ser apenas uma versão midiática, que se limita a citar a lei sem problematizá-la.

⁶ Bairro da periferia do Distrito de Ananindeua em Belém (PA).

⁷ Bairro da periferia de Belém (PA).

Acredita-se que um dos principais benefícios da Lei Maria da Penha foi definir com clareza os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral – e estabelecer os procedimentos que as autoridades policiais e judiciais devem seguir se a mulher fizer a denúncia e precisar de proteção. Assim, com esta lei, o Brasil passou a ser o 18º dentre os países da América Latina e do Caribe a contar com uma lei específica para os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres (LIMA, 2008).

Constata-se, *a priori*, que a lei foi um grande avanço para a discussão e implementação de ações voltadas aos homens autores de violência, especificamente nos Artigos 35 e 45. O art. 35, por exemplo, informa que o Estado poderá criar e promover, no limite das respectivas competências, centros de educação e de reabilitação para os autores de violência. Já o art. 45 orienta: “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do autor da violência a programas de recuperação e reeducação” (BRASIL, 2011, p. 26). No entanto, para Medrado e Mélo (2008), a Lei Maria da Penha não discorre sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos “agressores”, tampouco sobre o que seriam intervenções de “educação e reabilitação” (art. 35) ou “recuperação e reeducação”.

Como avanço significativo no cenário local, destaca-se o Núcleo de Atendimento Especializado do Homem (NEAH), da Defensoria Pública do Estado do Pará, cuja meta principal é a reeducação e a reabilitação do homem, mediante o acompanhamento psicossocial, prestação de serviços à comunidade, realização de cursos profissionalizantes e participação em grupos de reflexão, por meio de seminários e palestras de prevenção à violência doméstica (AGUIAR, 2012).

Incorpora-se o discurso de Bourdieu (2011, p. 139) a esta discussão, por se defender a necessidade de todas essas ações estarem articuladas com uma política compromissada, a qual leve em conta que todos os efeitos da dominação se exercem nas relações humanas (tanto entre

mulheres quanto entre homens) e também entre as “[...] estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, discutiu-se o fenômeno da violência contra a mulher para além do discurso entre “o bem e o mal”, ou entre “vítimas e agressores”, compreendendo que este processo não é inerente ao homem, mas trata-se de um processo histórico, construído nas relações desiguais de gênero e reproduzido, muitas vezes, de forma inconsciente pelos valores, crenças e educação familiar.

Os resultados das análises mostraram que a violência cometida contra a mulher no estado do Pará é um fenômeno complexo, em que diversos fatores – sociais, culturais, econômicos e políticos – estão envolvidos, e que a própria construção da identidade masculina o faz crer que a mulher é sua propriedade e que, mantendo o que lhe pertence, ratificaria sua masculinidade.

Concluiu-se que o perfil dos homens autores de violência cometida contra a mulher com base no conteúdo de notícias veiculadas pelo jornal *O Liberal*, é construído nas relações desiguais de gênero, reproduzidas de forma inconsciente, por meio dos valores, crenças e educação familiar, que envolve diversos fatores – sociais, culturais, econômicos e políticos –, em que a própria construção da identidade masculina o faz crer que a mulher é sua propriedade e que, mantendo o que lhe pertence, ratificaria sua masculinidade.

As informações contidas nas matérias do jornal pesquisado mostraram ainda que a Lei Maria da Penha, apesar de não deixar claras as condições da assistência ao autor da violência, vem sendo aplicada. Elas indicam que os autores de violência contra a mulher foram autuados em conformidade com essa lei, todavia isto não significa que representem a realidade de fato, pois se trata de uma versão da mídia impressa, que acaba apenas citando a lei, mas não a problematiza. Deste modo, o jornal não é utilizado como um espaço de reflexão voltado para a mudança dessa realidade.

Observou-se que o jornal *O Liberal* referencia o autor da violência de forma generalizada e preconceituosa. Comumente, a classe pobre recebe tratamento diferenciado daqueles da classe média e alta, demonstrando que a imprensa escrita e diária reproduz valores ideológicos que são capazes de gerar valor de mercado. Além disso, muitos dos casos de violência na classe média e alta não costumam ser divulgados pela mídia, porque a própria família tenta ocultar o fato.

A pesquisa colabora para que a imprensa jornalística faça a autocrítica no sentido de rever o seu papel social. Não se acredita que o jornalismo impresso seja o único meio de enfrentamento dos casos de violência conjugal, mas assume responsabilidade enquanto ator social, na divulgação de informações que podem contribuir decisivamente para a prevenção dos casos de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo.

Como uma contribuição possível para o enfrentamento da violência contra a mulher, apontou-se a necessidade da atuação de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, destacando o papel social dos enfermeiros, os quais precisam do suporte de diferentes conhecimentos como a antropologia, a psicologia e a educação. A teoria transcultural do cuidado, de Madeleine Leininger, proporciona suporte ao corpo da enfermagem, ao apontar a necessidade de pensar em estratégias de cuidar do homem autor de violência com base no reconhecimento de seus valores e crenças, buscando um cuidado que seja congruente com suas necessidades. Também a teoria cognitivo-comportamental oferece suporte para cuidar desses homens autores de violência, inserindo-os em grupos terapêuticos interdisciplinares, onde possam expressar suas aflições e desmistificar alguns valores machistas que aprenderam na infância.

Entende-se que todas essas estratégias voltadas ao cuidado de homens autores de violência e a prevenção da violência contra a mulher só serão possíveis com a implementação de políticas públicas que considerem o problema como fenômeno cultural de desigualdades entre os gêneros.

Concluiu-se que o perfil dos homens autores de violência cometida contra a mulher, referenciado pela mídia, é construído de forma generalizada e preconceituosa, por meio dos valores, crenças e educação familiar, que envolve fatores – sociais, culturais, econômicos e políticos –, em que a própria construção da identidade masculina o faz crer que a mulher é sua propriedade e que, mantendo o que lhe pertence, ratificaria sua masculinidade.

REFERÊNCIAS

- ACUSADO de agredir mulher vai parar na cadeia. *O Liberal*, Belém, 25 set. 2006. Caderno Polícia, p. 4.
- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Legislação sobre violência contra as mulheres*. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- AGUIAR, Gilla. *Autor de violência doméstica será assistido pelo Núcleo do Homem da Defensoria Pública*. 2012. Disponível em: <http://agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=93583>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- ANDRADE, Leandro F.; BARBOSA, Sérgio Flávio. A Lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, p. 1-7, 25-28 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>>. Acesso em: 16 jul. 2012.
- ARILHA, Margareth. *O masculino em conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero*. 2005. 180 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BALDO, Priscila L. et al. O perfil de mulheres vitimizadas e de seus agressores. *Rev. enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 307-312, 2008.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BÊBADO ciumento espanca mulher no meio da rua. *O Liberal*, Belém, 6 dez. 2006. Caderno Polícia, p. 2.
- BLAY, Eva A. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

- BRAGA, Cristiane G. Enfermagem transcultural e as crenças, valores e práticas do povo cigano. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 498-516, 1997.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN). *Notificação de Doenças e Agravos*. Brasília, 2012.
- _____. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. *Lei Maria da Penha e Legislação Correlata*. Brasília, 2011.
- BÜCHELE, Fátima; LIMA, Daniel C. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis rev. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721-743, 2011.
- CASAL se desentende por causa de pensão, ela apanha e ele vai preso. *O Liberal*, Belém, 29 set. 2006. Caderno Polícia, p. 5.
- CAVALCANTI, Stela Valéria S.F.C. *Violência doméstica: análise da Lei Maria da Penha, nº 11.340/06*. Salvador: Jus Podivm, 2010.
- CHAVEIRO mata e enterra a mulher. *O Liberal*, Belém, 17 nov. 2006. Caderno Polícia, p. 4.
- CORTEZ, Mirian B.; PADOVANI, Ricardo C.; WILLIAMS, Lúcia C.A. Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estud. Psicol.*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 13-21, 2005.
- CUNHA, Tânia R.A. Violência conjugal: os ricos também batem. *Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes*, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 167-176, 2008.
- DELEGACIA VIRTUAL DO ESTADO DO PARÁ. *Homepage*. Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.virtualmulher.pa.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- É LEI: bateu na companheira e levou flagrante. *O Liberal*, Belém, 27 set. 2006. Caderno Polícia, p. 3.
- ELE MATA e sorri. *O Liberal*, Belém, 6 set. 2006. Caderno Polícia, p. 4.
- FAXINEIRO vai para a cadeia porque ameaçou matar a mulher a terçadada. *O Liberal*, Belém, 22 nov. 2006. Caderno Polícia, p. 3.
- GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, Margareth; UBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 31-50.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOMES, Nadirlene P.; DINIZ, Normélia Maria F. Homens desvelando as formas da violência conjugal. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 262-267, 2008.
- GOMES, Romeu. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- GUERREIRO, Iara; AYRES, José Ricardo C.M.; HEARST, Norman. Masculinidade e vulnerabilidade ao HIV de homens heterossexuais, São Paulo, SP. *Rev. saúde pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, suppl. 0, p. 50-60, ago. 2002.
- HOMEM é preso depois de esfaquear a mulher. *O Liberal*, Belém, 5 jun. 2007. Caderno Polícia, p. 5.
- LAMOGLIA, Cláudia Valéria A.; MINAYO, Maria Cecília S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 595-604, 2009.
- LEININGER, Madeleine. A relevant nursing theory: transcultural care diversity and universality. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE TEORIAS DE ENFERMAGEM, 1., 1985, Florianópolis. *Anais...*, Florianópolis: UFSC, 1985. p. 232-254.
- LIMA, Daniel Costa. *Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- MARIDO espanca mulher e é procurado pela polícia. *O Liberal*, Belém, 11 jun. 2007. Caderno Polícia, p. 3.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Nos homens, a violência de gênero. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. *Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília, 2003. p. 21-26.
- MEDRADO, Benedito; MÉLLO, Ricardo P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicol. soc.*, Belo Horizonte, v. 20, p. 78-86, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspe11.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2012.
- MELO, Lucas P.; CABRAL, Elizabeth Regina M; SANTOS JÚNIOR, José Ademário. The health-disease process: a reflection based on medical anthropology. *Rev. enferm. UFPE online*, Recife, v. 4, n. 3, p. 426-432, 2009.

- MORAES, Aldenora. A abordagem da mídia impressa brasileira sobre o abuso sexual de crianças. *E-Revista Facitec*, Brasília, v. 3, n. 1, Art. 1, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/40/32>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- MULHER é agredida a coronhadas. *O Liberal*, Belém, 16 out. 2007. Caderno Polícia, p. 5.
- MULHER pula de carro para escapar da morte. *O Liberal*, Belém, 10 out. 2007. Caderno Polícia, p. 2.
- NJAINÉ, Kathie. Violência na mídia: excessos e avanços. In: _____. *Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil*. Brasília: Unicef, 2005. p. 71-95. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_04.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.
- PAULO, Raiani D.; PARO, Eliane. Violência doméstica contra a mulher: uma visão na abordagem cognitivo-comportamental. In: CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVAG. GPA Ciências da Saúde. Curso de Psicologia. *Produções acadêmicas*. Várzea Grande, MT, [201-]. p. 1-24. Disponível em: <www.univag.edu.br/v1/cursos>. Acesso em: 13 maio 2013.
- PEREIRA, Pedro Paulo G. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485-505, maio/ago. 2009.
- PESCADOR mata mulher por ciúmes. *O Liberal*, Belém, 19 set. 2006. Caderno Polícia, p. 3.
- PRESO por assassinar esposa em 2006. *O Liberal*, Belém, 17 mar. 2007. Caderno Polícia, p. 1.
- REAÇÃO violenta. *O Liberal*, Belém, 29 nov. 2006. Caderno Polícia, p. 3.
- SANEMATSU, Marisa. Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In: VIVARTA, Veet (Coord.). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília, DF: Instituto Patrícia Galvão, 2011. p. 55-103.
- SANTOS, Rafaela de Mello. *O papel do jornalismo impresso na construção do sujeito violento: análise das páginas policiais do Jornal Folha da Mata, de autoria da estudante*. Monografia apresentada ao Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.
- TONELI, Maria Juracy. *Violência sexual e saúde mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual*. Relatório Final de Pesquisa. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa Margens: Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, 2007.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012*. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

Submetido: 9/7/2013

Aceito: 24/4/2014